



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

EDNÉBIA ELOY DA LUZ SILVA

**BIOSSEGURANÇA EM BIBLIOTECAS: RISCOS LABORAIS A QUE OS
BIBLIOTECÁRIOS ESTÃO SUSCETÍVEIS E MEDIDAS DE SALVAGUARDA**

JOÃO PESSOA - PB
2019

EDNÉBIA ELOY DA LUZ SILVA

**BIOSSEGURANÇA EM BIBLIOTECAS: RISCOS LABORAIS A QUE OS
BIBLIOTECÁRIOS ESTÃO SUSCETÍVEIS E MEDIDAS DE SALVAGUARDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia
do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção do
Grau de Bacharela em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Ma. Danielle Alves de
Oliveira

JOÃO PESSOA - PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586b Silva, Ednébia Eloy da Luz.

Biossegurança em bibliotecas: riscos laborais a que os
bibliotecários estão suscetíveis e medidas de
salvaguarda / Ednébia Eloy da Luz Silva. - João Pessoa,
2019.

60 f. : il.

Orientação: Danielle Alves de Oliveira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Biossegurança. 2. Biossegurança em bibliotecas. 3.
Biblioteconomia. I. Oliveira, Danielle Alves de. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 022(02)

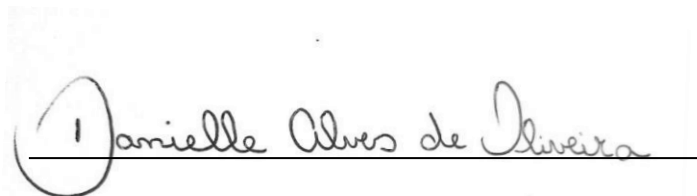
EDNÉBIA ELOY DA LUZ SILVA

**BIOSSEGURANÇA EM BIBLIOTECAS: RISCOS LABORAIS A QUE OS
BIBLIOTECÁRIOS ESTÃO SUSCETÍVEIS E MEDIDAS DE SALVAGUARDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia
do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção do
Grau de Bacharela em Biblioteconomia.

Aprovado em: 02 de outubro de 2019

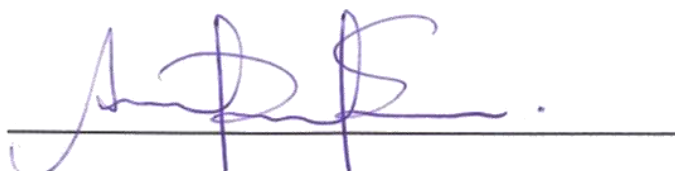
BANCA EXAMINADORA

A handwritten signature in black ink, reading "Danielle Alves de Oliveira", is written over a horizontal line.

Prof.^a Ma. Danielle Alves de Oliveira – UFPB
Orientadora

A handwritten signature in purple ink, reading "Rosa Zuleide Lima de Brito", is written over a horizontal line.

Prof.^a Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB
Examinadora

A handwritten signature in purple ink, reading "Me. Andre Domingos da Silva", is written over a horizontal line.

Me. Andre Domingos da Silva
Bibliotecário do CCSA da UFPB
Examinador

Dedico este trabalho, com enorme carinho, à minha querida avó Edna, à meus estimados pais José Ribamar e Sandra, à meu esposo Wilker companheiro e amigo em todos os momentos e à meu irmão Eloy.

AGRADECIMENTOS

Ao inigualável Deus que me fortaleceu em todo esse trajeto, sob cuja permissão ocorreram momentos em que haviam lágrimas, sorrisos, perdas, conquistas, lutas e vitórias; conquanto a isto, deu-me saúde, condições e incitou-me a prosseguir durante todo o percurso acadêmico. E, não somente nestes anos, mas que em todos os instantes tem sido mão forte, ajudador e o maior Mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais, José Ribamar e Sandra pela base exemplar de disciplina, caráter, respeito e educação com que me conduziram.

A meu querido esposo Wilker, pela cumplicidade, amor e compreensão com que vem acompanhando-me desde o início invadindo-me com ondas de estímulo.

À minha família. Em especial a meu irmão (Eloy), a minha Avó (Edna) por todo o apoio fornecido durante a formação profissional, e a minha Tia (Solange) pelo encorajamento e força mesmo distante.

Ao corpo docente do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia desta Universidade, que direta ou indiretamente oportunizaram-me o vislumbre de um novo horizonte.

À Professora Danielle Alves de Oliveira pelo aceite do desafio de orientar-me no meu TCC, pelo suporte fornecido no pouco tempo que lhe coube, por suas correções, incentivo e paciência.

Aos Bibliotecários Katiane da Cunha Souza e Andre Domingos da Silva do Centro de Ciências Sociais Aplicadas desta instituição, que se portaram como mediadores indispensáveis para que eu obtivesse sucesso quando na coleta de dados referente à pesquisa.

À Professora Rosa Zuleide Lima de Brito e o Bibliotecário Andre Domingos da Silva, por sua participação neste momento ímpar, que marca o encerramento de minhas atividades e contribuições quanto discente do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UFPB.

A todos que de alguma maneira foram parte da minha formação, gratidão!

“Não há palavras e nem frases que
possam nos manter seguros, há somente
ações.”

Autor Desconhecido

RESUMO

Tendo em vista que o homem permanece a maior parte do tempo no ambiente laboral e que ele é parte da organização, entende-se que lhe é devido um ambiente que disponha de condições que lhe propiciem bem-estar físico, mental e social, e proteção à vida. Sendo assim, pesquisa-se sobre a temática Biossegurança em bibliotecas, a fim de aferir o conhecimento dos Bibliotecários lotados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba no que diz respeito à Biossegurança, aos riscos a que estão suscetíveis e medidas de controle. Para tanto, é necessário realizar evidências no âmbito da Biossegurança voltadas aos indivíduos integrantes do rol de profissionais da informação (Bibliotecários, Documentalistas e Analistas de Informações), sobretudo os Bibliotecários; traçar o perfil sociodemográfico do universo da pesquisa e aferir o conhecimento dessa população no que diz respeito às proposições: biossegurança, riscos laborais a que estão suscetíveis e medidas de controle passíveis de protegê-los. Realiza-se, então, uma pesquisa do tipo bibliográfica a respeito do processo histórico e evolutivo da Biblioteconomia, seguidamente da Biossegurança; do tipo descritiva e de abordagem quanti-qualitativa. Como método de coleta de dados, utilizou-se a técnica de observação direta extensiva através de questionário aplicado de forma virtual a uma amostra de 30 bibliotecários no período compreendido entre os dias 19 e 22 de setembro de 2019. Para a análise dos dados, empregaram-se recursos estatísticos básicos do raciocínio percentual representado por meio de tabelas e gráficos; e, mediante análise de conteúdo, interpretou-se e atribuiu-se significados aos fenômenos. Os aspectos levantados no transcurso da pesquisa apresentam os resultados que, por sua vez, demonstram que o universo em estudo caracteriza-se pela predominância de mulheres e os profissionais têm investido em educação continuada. Apesar de nunca terem recebido capacitação voltada à proteção profissional um quantitativo significativo de bibliotecários é capaz de associar os riscos a seus respectivos grupos e há consenso por parte dos pesquisados quanto à necessidade de realizarem-se ações voltadas à prevenção e controle de riscos em bibliotecas, o que impõe a constatação de que a exploração de tal assunto no âmbito acadêmico e profissional é de extrema importância e podem efetivar-se através da promoção de conhecimentos, capacitações, debates, treinamentos bem como outros mecanismos.

Palavras-chave: biossegurança; biossegurança em bibliotecas; biblioteconomia.

ABSTRACT

Considering that the human beings spend most of their time in the work environment and that they are part of the organization, it is understood that it is due to them an environment that has conditions to provide them with physical, mental and social well-being, and protection life. Therefore, research is carried out on the thematic Biosafety in libraries, in order to measure the knowledge of the Librarians working on Campus I of the Federal University of Paraíba concerning to Biosafety, the risks that they are susceptible and control measures. To this end, it is necessary to carry out evidence in the field of Biosafety aimed at individuals who are part of the list of information professionals (Librarians, Documentalists and Information Analysts), especially Librarians; to trace the sociodemographic profile of the research universe and measure the knowledge of this population regarding the propositions: biosafety, occupational risks to which they are susceptible and control measures capable of protecting them. Then, a bibliographic research is accomplished concerning the historical and evolutionary process of Librarianship, followed by Biosafety; descriptive and quantitative-qualitative approach. As a method of data collection, the extensive direct observation technique was used through a questionnaire applied virtually to a sample of 30 librarians in the period between the September 19th and 22nd of 2019. For the data analysis, basics statistical resources of percentage reasoning represented by tables and graphs were used; and, through content analysis, the phenomena were interpreted and given meanings. The aspects raised in the course of the research present the results that, in their turn, demonstrate that the universe under study is characterized by the predominance of women and professionals have invested in continuing their education. Although they have never received training aimed at professional protection, a significant number of librarians are able to associate the risks to their respective groups and there is a consensus on the part of those surveyed regarding the need to carry out actions towards prevention and control of risks in libraries, which imposes the realization that the exploration of such a subject in the academic and professional sphere is extremely important and can be accomplished through the promotion of knowledge, debates, training, as well as other mechanisms.

Keywords: biosafety; biosafety in libraries; librarianship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Local em que os profissionais ouviram a expressão Biossegurança..	42
Gráfico 2 - Conhecimento dos profissionais quanto aos riscos laborais	44
Gráfico 3 - EPIs considerados necessários à execução das atividades laborais dos bibliotecários (as)	45
Gráfico 4 - Níveis de importância atribuídos pelos profissionais a fatores correlatos ao tema	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do quantitativo de bibliotecários (as) de acordo com o sexo	39
Tabela 2 - Distribuição do quantitativo de bibliotecários (as) conforme a faixa etária	40
Tabela 3 - Distribuição do quantitativo de bibliotecários (as) conforme o grau de instrução.....	40
Tabela 4 - Distribuição dos bibliotecários (as) conforme tempo de exercício da profissão	41

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C.	antes de Cristo
C.A.	Cursos Avulsos
C.B.N.	Cursos da Biblioteca Nacional
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
C.F.B.	Curso Fundamental de Biblioteconomia
C.R.B.	Conselho Regional de Biblioteconomia
C.S.B.	Curso Superior de Biblioteconomia
SISTEMOTECA	Sistema de Bibliotecas da Universidade

LISTA DE SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação
CA	Certificado de Aprovação
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CBS	Comissão de Biossegurança em Saúde
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior
DORT	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
IBBD	Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	BREVE ABORDAGEM ACERCA DO PROCESSO HISTÓRICO E EVOLUTIVO DA BIBLIOTECONOMIA.....	19
2.1	Legislação regulamentadora e atribuições inerentes ao bibliotecário	23
3	BIOSSEGURANÇA COMO CONDIÇÃO DE SEGURANÇA PARA TRABALHADORES QUE ATUAM EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO ..	26
3.1	Acepções de risco e suas especificidades	27
3.2	Medidas de controle	29
3.2.1	Medidas de proteção coletiva	29
3.2.2	Medidas de carácter administrativo ou de organização do trabalho.....	30
3.2.3	Equipamento de Proteção Individual (EPI)	31
3.3	Doenças que comumente afetam a saúde dos profissionais que atuam em unidades de informação	33
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
4.1	Caracterização da pesquisa.....	35
4.2	Tipo de abordagem.....	35
4.3	População e amostra.....	36
4.4	Coleta de dados	36
4.5	Procedimentos de análise dos dados.....	37
5	RISCOS A QUE OS BIBLIOTECÁRIOS ESTÃO SUSCETÍVEIS	39
5.1	Perfil sociodemográfico dos bibliotecários (as)	39
5.2	Conhecimento dos bibliotecários (as) quanto à temática biossegurança	41
5.3	Conhecimento dos bibliotecários (as) quanto aos riscos laborais.....	42
5.4	Conhecimento dos bibliotecários (as) quanto às medidas de controle de riscos	44
5.5	Níveis de importância atribuídos a divergentes fatores correlatos a temática	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	55

1 INTRODUÇÃO

Introduzido oficialmente em nosso vocabulário através da Lei nº 8.974/1995 e comumente conjecturado como sinônimo das atividades ligadas a Organismos Geneticamente Modificados (OGM), o termo biossegurança sofreu modificações, ampliações e discussões até voltar à atenção a saúde do trabalhador no tocante aos riscos existentes no ambiente de trabalho.

O primeiro Manual de Biossegurança no mundo a trazer o conceito do termo foi publicado em 1984. Segundo o documento, Biossegurança é “[...] um conjunto de procedimentos, práticas e instalações voltadas para controlar o biorrisco, ou seja, o controle do risco advindo de patógenos” Hirata, M.; Hirata, R.; Mancini Filho (2014, p. 295).

Presente nos ambientes de clínicas, hospitais, universidades, indústrias dentre outros, a Biossegurança também vem sendo considerada como condição de segurança de extrema importância para trabalhadores que exercem suas atividades laborais em unidades de informação como os museus, arquivos e bibliotecas, tendo em vista os riscos a que estes profissionais estão suscetíveis.

No ambiente laboral biblioteconômico, geralmente a preocupação é voltada para o objeto do trabalho, entretanto, Lima e Silva (2007) salienta que este não deve ser o enfoque primordial das instituições que prezem pela qualidade de vida de seus colaboradores, uma vez que não há atividade alguma em que o risco seja zero. A Biossegurança, assim como a segurança dos acervos, é item indispensável e deve liderar o rol de prioridades dos gestores das bibliotecas que se preocupam com sua saúde e integridade, bem como com a dos trabalhadores incumbidos de auxiliá-los.

Como parte constituinte da instituição, ao trabalhador é devido um ambiente que disponha de condições que lhe propiciem bem-estar físico, mental e social, e proteção à vida; assim sendo, a implantação e/ou adoção de medidas de controle de riscos nos processos de trabalho são passíveis de propiciar saúde e segurança a este indivíduo.

Posto isto, a pesquisa aponta os seguintes questionamentos:

- A que riscos laborais os (as) Bibliotecários (as) estão suscetíveis?

- Que medidas de controle devem ser adotadas a fim de salvaguardá-los destes riscos, proporcionando-lhes melhores condições de segurança e saúde?
- Quais distúrbios normalmente afetam a saúde dos profissionais que atuam em unidades de informação?
- Os Bibliotecários lotados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) demonstram conhecimento acerca da biossegurança, dos riscos laborais a que estão suscetíveis e das medidas de controle passíveis de protegê-los?

A evidenciação dos riscos laborais a que os Bibliotecários estão suscetíveis, das medidas de controle existentes e das doenças que comumente afetam a saúde dos profissionais que atuam em unidades de informação nos desperta, quanto profissionais, para a relevância da adoção dessas medidas de controle como indispensáveis ao exercício profissional, não como fatores optativos ou sugestivos.

O aferimento do conhecimento dos Bibliotecários do Campus I da UFPB, no que diz respeito às proposições: biossegurança, riscos laborais a que estão sujeitos e as medidas de controle passíveis de protegê-los salientam a imprescindibilidade de abranger-se ainda mais a temática desde o âmbito acadêmico, a fim de que quando formados, estes profissionais estejam aptos a ponto de poderem reivindicar, com respaldo, a seus superiores, ou ao setor competente, melhores condições de saúde e segurança.

No intuito de solucionar esses questionamentos, a pesquisa teve por objetivo geral: aferir o conhecimento dos Bibliotecários lotados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba no que diz respeito à Biossegurança, aos riscos a que estão suscetíveis e medidas de controle.

Intencionando alcançá-lo, se fez necessário:

- evidenciar os riscos laborais presentes no ambiente de trabalho do Bibliotecário; as medidas de controle passíveis de salvaguardá-lo e as doenças que comumente afetam a saúde dos profissionais que atuam em unidades de informação;
- traçar o perfil sociodemográfico dos Bibliotecários do Campus I da Universidade Federal da Paraíba; e,

- verificar o conhecimento destes profissionais quanto à temática biossegurança, aos riscos laborais a que estão suscetíveis e as medidas de controle passíveis de protegê-los.

Com o propósito de atingi-los, realizou-se pesquisa do tipo bibliográfica, em virtude do levantamento e análise de literatura realizada a fim de fundamentá-la; e, do tipo descritiva de abordagem quanti-qualitativa, posto que se traduz em números informações acerca do perfil sociodemográfico do universo e afere-se o conhecimento desta população em relação ao conteúdo de interesse.

Em termos de estrutura, este Trabalho de Conclusão de Curso constituísse de mais cinco capítulos. No capítulo subsequente, realizasse breve abordagem quanto ao processo histórico e evolutivo do âmbito biblioteconômico desde os indícios das primeiras coleções organizadas de documentos ao surgimento das bibliotecas, o que fomentou a necessidade de capacitação de profissionais que trabalhariam com os acervos culminando na instituição dos primeiros cursos de Biblioteconomia; ainda discorresse acerca da legislação regulamentadora e atribuições inerentes aos bibliotecários, que em essência, trabalham com divergentes tipos de acervos, sendo os livros em maior número.

Tendo em vista que estes profissionais trabalham com materiais orgânicos e que se deparam diariamente com poeiras, sujidades, traças, brocas dentre outros agentes, no terceiro capítulo discute-se sobre os aspectos relativos à Biossegurança para esses profissionais, visto que a falta de cuidados com o manuseio dessa documentação pode trazer sérios riscos a saúde do Bibliotecário; assim sendo, evidenciam-se os riscos a que os profissionais estão suscetíveis, as medidas de controle passíveis de salvaguardá-los e as doenças que normalmente afetam a saúde dos trabalhadores que atuam em unidades de informação.

Posteriormente, dispôs-se acerca dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, segmentados em: caracterização da pesquisa, apresentação do tipo de abordagem adotada, da população e amostra escolhida, como se deu a coleta de dados e os procedimentos empregados para análise destes.

O quinto capítulo destinasse a apresentação dos resultados obtidos a partir de instrumento aplicado aos Bibliotecários (as) lotados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba para obtenção de informes, em que 45% da

população participaram da pesquisa. Traçasse o perfil sociodemográfico dos profissionais, o conhecimento destes quanto à biossegurança, riscos laborais e medidas de controle de riscos e o nível de importância atribuído por estes a diferentes fatores correlatos à temática.

Por fim, realizasse as considerações finais no tocante ao que a presente pesquisa possibilitou-nos evidenciar, traçar e aferir em virtude do tipo de pesquisa, abordagem e instrumento utilizado para a coleta de dados. Bem como acerca das respostas obtidas às questões da pesquisa após o levantamento bibliográfico e a consolidação e análise dos dados.

2 BREVE ABORDAGEM ACERCA DO PROCESSO HISTÓRICO DA BIBLIOTECONOMIA

Os indícios das primeiras coleções organizadas de documentos, remontam do terceiro milênio a.C. O arranjo identificado na Biblioteca de Ebla, na Síria, descoberta em 1975, composto de textos em escrita cuneiforme com caracteres sumérios, vem sendo considerado a origem dos princípios Biblioteconômicos, de acordo com Sagredo e Moral (1994).

Na antiguidade, menciona-se a existência de notáveis bibliotecas, como a de Assurbanipal, Rei da Assíria, que viveu de 668 a 627 a.C. A partir do século IV a.C., tem-se conhecimento das bibliotecas dos templos gregos, sendo as mais importantes as coincidentes com o período áureo da cultura helênica; com destaque para a que Aristóteles criou em sua escola de filosofia, modelo passível de inspirar Ptolomeu I Soter a fundar a famosa Biblioteca de Alexandria no século III a.C. (LEMOS, 2008).

Ainda de acordo com Lemos (2008), durante a Idade Média ascenderam-se as bibliotecas ligadas a ordens religiosas. A partir do século XIII, as bibliotecas das universidades Europeias começaram a ser instituídas e agregaram-se àquelas. Concomitantemente, originaram-se entre a nobreza Europeia colecionadores de livros cujos acervos possivelmente viriam a formar posteriormente o núcleo de importantes bibliotecas nacionais.

A evidência pública e social das bibliotecas ganhou impulso apenas no século XVII em alguns países da Europa, junto com o surgimento do conceito de biblioteca pública. Segundo Lemos (2008), o acervo dispunha de assuntos gerais e o acesso a esses locais se dava em horários regulares.

Diante desse contexto, percebe-se que a Biblioteconomia se refere a uma das atividades mais antigas da civilização, visto que as práticas de organização, sempre foram desempenhadas, mesmo que de forma empírica. O termo Biblioteconomia é constituído por três elementos gregos: *biblion* (livro), *théke* (caixa) e *nomos* (regra) aos quais, se juntou o sufixo *ia*; o termo em evidência, etimologicamente, remete ao “[...] conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios” (FONSECA, 2007, p. 1).

O surgimento das primeiras bibliotecas brasileiras está ligado à vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil. Foram trazidos mais de 60 mil peças entre livros e documentos, fundando assim, a Biblioteca Real¹ em 1810. Durante os primeiros anos, o acesso era dado a estudiosos, mediante autorização régia, contudo, em 1814 o acesso ao público foi liberado.

A partir dos surgimentos dessas instituições, era preciso capacitar profissionais a trabalhar com esses acervos, deste modo, o primeiro curso de Biblioteconomia foi criado a partir do Decreto nº 8.835, de 11/07/1911 e teve seu funcionamento efetivo em 1915 na Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro. No Decreto, dispõem-se no capítulo IV, artigos 34º a 42º, desde as matérias constituintes do curso (bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática) até as características do ensino (teórico e prático); além disso, é tratado ainda, toda a organização de admissão, vigência do curso e as certificações.

O curso no Brasil é considerado o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo, antecedido apenas, pelos cursos da *École de Chartes* na França (1873) e pelo curso da *Columbia University* nos Estados Unidos (1887). Diante deste contexto, a formação no Brasil sofreu influências dos dois modelos já vigentes, tanto do Francês com características mais humanísticas, como pelo modelo americano voltado a esfera tecnicista.

Em 1920, o ensino da biblioteconomia nos Estados Unidos passava para o nível superior, ao passo que em 1922, no Brasil, o curso da Biblioteca Nacional era extinto; sendo reestabelecido somente em 1931 mediante o Decreto nº 20.673 de 17 de novembro (DOS ANJOS; SANTOS; GENTIL JUNIOR; MELO; COSTA; CARVALHO, 2014). Com o novo Decreto, alterações curriculares foram realizadas, a partir de então, no período de dois anos, os alunos teriam: no 1º ano, bibliografia, paleografia e diplomática; já no 2º ano, história literária (com aplicação à bibliografia), iconografia e cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas).

Em 1944, o curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional enfrenta outra reforma através do Decreto-Lei nº 6.440 de 27 de abril, cujas disposições referentes à organização dos cursos foram fixadas em regulamento aprovado pelo

¹ Atual Biblioteca Nacional.

Decreto nº 15.395/1944 (OLIVEIRA, CARVALHO e SOUZA, 2009) e passa a ter a designação geral de Cursos da Biblioteca Nacional (C.B.N.) compreendidos em:

- a) Curso Fundamental de Biblioteconomia** (C.F.B.), formador de pessoal hábil na execução, sob a orientação de bibliotecários, de serviços técnicos;
- b) Curso Superior de Biblioteconomia** (C.S.B.), cujo fim era a formação de pessoal passível de administrar bibliotecas e organizar ou coordenar serviços técnicos de bibliotecas; e,
- c) Cursos Avulsos** (C.A.), que objetivavam proporcionar atualização ou especialização aos profissionais em exercício no âmbito da biblioteconomia (BRASIL, 1944).

O Curso Elementar de Biblioteconomia – o segundo a ser estruturado no Brasil, de forte influência americana – teve origem em 1929 no Instituto *Mackenzie* em São Paulo e visava alcançar os funcionários da biblioteca, professores e “bibliotecários” de outras instituições, contudo, foi encerrado pouco tempo depois de sua criação, em 1935 (MUELLER, 1985).

Em 1936, é criada a escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como responsáveis: Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo; fechada em 1939, pelo Prefeito Francisco Prestes Maia. No entanto, em 1940 – ano subsequente, voltou a funcionar e passou a ser sediada na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Segundo Mueller (1985), a década de 1950 é caracterizada pela expansão dos cursos de biblioteconomia e pela luta dos bibliotecários para firmarem-se como classe profissional de nível superior. Sendo que, o objetivo destes foi atingindo somente em 1962, através do estabelecimento da Lei nº 4.084/62 que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. A partir de então, um novo currículo dos cursos da Biblioteca Nacional foi aprovado através do Decreto nº 550 de fevereiro de 1962 corroborando para a reformulação destes e padronização das disciplinas ministradas nas escolas. Na aprovação do currículo, havia dez cursos de biblioteconomia funcionando no Brasil, e ainda nesta década, oito novos cursos foram fundados, dentre eles o da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1969.

Em 1970, foi iniciado o curso de mestrado na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, no então Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e

Documentação (IBBD) - chamado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir de 1976.

Mueller (1985) também destaca o despontamento, entre 1972 e 1973, dos primeiros periódicos de biblioteconomia brasileiros, importantes veículos de comunicação na área e fonte de material didático: a Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte; Ciência da Informação, pelo então IBBBD, no Rio de Janeiro; e, a Revista de Biblioteconomia de Brasília, pela Associação de Bibliotecários do Distrito Federal e Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

A insatisfação do currículo dos cursos de biblioteconomia perdurou e implicou em ações que objetivaram a atualização do currículo mínimo; ações estas que se intensificaram a partir de 1975. O documento-diretriz elaborado por professores da UFMG em 1976 foi o pontapé inicial para esta reformulação.

Após várias modificações, um novo currículo foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, em parceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e professores de diversos cursos de Biblioteconomia. Nesse novo currículo, as matérias foram agrupadas em: matérias de fundamentação geral, instrumentais e de formação profissional (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013; MUELLER, 1985).

A criação da Lei nº 9.394/1996 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e, as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de biblioteconomia estabelecidas em 2001 por meio do Parecer CNE/CES 492/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior trouxeram maior autonomia e flexibilidade para as universidades, tornando-as passíveis de atenderem às particularidades de sua região (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

A implantação de novos cursos, evidenciados a partir desse período, contribuíram para a computação total de 39 instituições ministrantes do curso de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação, em diferentes partes do Brasil. Contudo, apesar deste aumento significativo e da autonomia da criação dos fluxogramas pelas universidades, percebe-se que ainda há muitos assuntos relevantes na profissão que são negligenciados, como veremos mais adiante nessa pesquisa.

2.1 Legislação regulamentadora e atribuições inerentes ao bibliotecário

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) “[...] documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (BRASIL, 2010a) descreve 607 famílias ocupacionais, que são amplos conjuntos de empregos semelhantes, que abarcam 2.511 ocupações e 7.419 títulos sinônimos.

A ocupação incumbida ao Bibliotecário é parte do rol da família que tem por título Profissionais da Informação codificada na CBO sob o número 2612, junto às ocupações de Documentalista e Analista de Informações. Assim sendo, deriva do Grande Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes, Subgrupo Principal 26 - Comunicadores, Artistas e Religiosos e do Subgrupo 261 - Profissionais da Comunicação e da Informação, conforme especificado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na CBO.

Esta descreve sumariamente, e de forma categórica, as tarefas atribuídas aos que compreendem o quadro de profissionais da informação. Sendo as atividades descritas brevemente, como:

- a) disponibilização de informes em divergentes suportes;
- b) gerenciamento de unidades, redes e sistemas de informação;
- c) tratamento técnico e desenvolvimento de recursos informacionais;
- d) disseminação cultural e da informação;
- e) desenvolvimento de estudos, pesquisas e de ações educativas; e,
- f) fornecimento de serviços de assessoria e consultoria (BRASIL, 2010a).

Segundo Fonseca (2007), ao indivíduo que dirige ou desempenha atividade em biblioteca, bem como àquele graduado em biblioteconomia atribui-se a designação de Bibliotecário, substantivo derivante do latim *bibliothecarius*. Ofício este que obteve reconhecimento no Brasil com a sanção da Lei Federal nº 4.084 de 30 de junho de 1962.

Regulamentada pelo Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, a Lei nº 4.084/62 designa a profissão de Bibliotecário como privativa dos “[...] Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente

reconhecidas [...]” (BRASIL, 1962, p. 1) e dos “[...] Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente [...]” (BRASIL, 1962, p. 1) cujos títulos ou diplomas estejam registrados na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC); que possuam registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (C.R.B.) da respectiva jurisdição; e, que realizem o pagamento da anuidade ao CRB, conforme estabelecido em Regulamento (BRASIL, 1965).

Cabe aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, sob a supervisão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), criados pela Lei que rege a profissão, fiscalizar o exercício da mesma a fim de identificar a execução ilegal desta atividade, fomentada pela inexistência de registro junto ao Conselho Regional do âmbito ou ausência do pagamento da anuidade conforme explicitado na Lei nº 9.674/1998, regimento completar a Lei nº 4.084/62 (BRASIL, 1965, 1998).

A Lei que versa sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, difunde em seu artigo 6º como atribuições pertinentes aos bacharéis em biblioteconomia:

[...] a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
 - b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;
 - c) administração e direção de bibliotecas;
 - d) a organização e direção dos serviços de documentação;
 - e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência
- (BRASIL, 1962, p. 6-7).

Em suma, o Bibliotecário é o profissional que tem sob sua incumbência a direção, manutenção, organização e funcionamento de bibliotecas (sejam de natureza nacional, universitária, pública, escolar, especializada, particular dentre outras); que desempenha funções técnicas ou administrativas em bibliotecas, laborando com divergentes tipologias documentais a serviço de usuários distintos (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

Apesar das diferentes incumbências, fica claro que o Bibliotecário trabalha, em essência, com acervos dos mais variados tipos, sendo os livros, em maior quantidade, diante da realidade das bibliotecas brasileiras. Nesse sentido, é preciso evidenciar que os profissionais trabalham com materiais orgânicos e que se deparam diariamente com poeiras, sujidades, traças, brocas bem como outros agentes, visto que esses materiais circulam por vários ambientes e que nem todos os usuários possuem cuidado com os livros. Além disso, muitas bibliotecas não conseguem manter o local em condições ideais de temperatura, luminosidade e umidade, propiciando assim, um ambiente ideal ao surgimento de diversos agentes de degradação do papel.

Diante deste cenário, está o bibliotecário que precisa manusear diariamente esse material, nesse sentido, é fundamental discutir aspectos relativos à biossegurança para esse profissional, visto que a falta de cuidados com o manuseio dessa documentação pode trazer sérios riscos a saúde do profissional de informação, como veremos nos capítulos a seguir.

3 BIOSSEGURANÇA COMO CONDIÇÃO DE SEGURANÇA PARA TRABALHADORES QUE ATUAM EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Segundo Costa, Marco; Costa, Maria (2002) o conceito de biossegurança foi cunhado pela primeira vez na década de 70 em uma reunião sobre os impactos da engenharia genética na sociedade, contudo, ela foi sendo ampliada e discutida nas décadas posteriores até voltar a atenção à saúde do trabalhador no tocante aos riscos presentes no ambiente de trabalho.

A Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS) do Brasil define a Biossegurança como sendo: “[...] conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam interferir ou comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente” (BRASIL, 2010a, p. 15). Instituída pela Portaria GM/MS nº 1.683, de 28 de agosto de 2003, esta comissão tem por objetivo fixar estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das atividades associadas à biossegurança no país de forma a ter o melhor entendimento entre os diversos órgãos e entidades do Ministério da Saúde (MS).

Legitimada no Brasil por meio da Lei nº 8.974 em 05 de janeiro de 1995 e, 10 anos depois, revogada pela Lei de Biossegurança nº 11.105/2005 - regulamentada pelo Decreto nº 5.591/2005 - preceito passível de assistir o trabalhador na prevenção de acidentes em ambientes que desenvolvem pesquisa, uso e produção de Organismos Geneticamente Modificados (OGM); a biossegurança também é conjecturada como condição de segurança de extrema importância para os trabalhadores que atuam em bibliotecas, uma vez que aos profissionais destes espaços são incumbidas atividades técnicas - como as realizadas em laboratórios de restauração e preservação - e de ensino, onde se poderá lidar com agentes de risco químico, biológico e físico (LIMA; SILVA, 2007).

Considerando-se que o homem permanece a maior parte do tempo no ambiente laboral e que este trabalhador é parte da instituição, entende-se que lhe é devido um ambiente que disponha de condições que lhe propiciem bem-estar físico, mental e social, e proteção à vida. De acordo com Lima e Silva (2007), a biossegurança, tendo em vista sua amplitude, pode ser estendida às atividades desenvolvidas em unidades de informação como os museus, arquivos e bibliotecas, assim sendo, a implantação de medidas de biossegurança nos

processos de trabalho são capazes de cooperar para este fim, ou melhor, de propiciar saúde e segurança aos indivíduos.

3.1 Acepções de risco e suas especificidades

Segundo Porto (2000, p. 8) o risco em aspecto abrangente de relevância à saúde dos trabalhadores pode ser entendido como

[...] toda e qualquer possibilidade de que algum elemento ou circunstância existente num dado processo e ambiente de trabalho possa causar dano à saúde, seja através de acidentes, doenças ou do sofrimento dos trabalhadores, ou ainda através da poluição ambiental.

O termo risco pode ser usado em diferentes situações e profissões de acordo com as práticas desenvolvidas, contudo, segundo a Norma Técnica Australiana e de Gerenciamento de Riscos (AS/NZS 4360:2004), precursora da norma ABNT-NBR-ISO 31000:2009 sobre gerenciamento de risco nas organizações, o risco pode ser definido como “a chance de algo acontecer causando algum tipo de impacto”.

Contudo, vale destacar que usualmente, algumas pessoas confundem as definições de risco e perigo. Barsano; Barbosa; Gonçalves; Soares (2014, p. 38) salientam que no âmbito da Segurança do Trabalho considera-se o perigo como “[...] a concretização de um dano indesejado, de um evento prejudicial à integridade física, à psíquica ou ao patrimônio”; e, define-se o risco como “[...] a probabilidade de ocorrer, de concretizar-se esse evento indesejado (perigo)”, ou seja, antagônico ao perigo, este denota imprecisão quanto à efetivação de possível fenômeno.

Outra aceção para esses vocábulos encontra-se descrita no Glossário da Norma Regulamentadora nº10 (NR-10) do MTE - que regulamenta a segurança em instalações e serviços em eletricidade; onde o perigo é interpretado como “situação ou condição de risco com probabilidade de causar lesão física ou dano à saúde das pessoas por ausência de medidas de controle”; e, o risco, apresentado como “capacidade de uma grandeza com potencial para causar lesões ou danos à saúde das pessoas” (BRASIL, 2016, p. 12, 13).

Com o fim de preservar a saúde e integridade dos trabalhadores, por meio da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou iminentes no ambiente laboral, é que a Norma Regulamentadora nº9 (NR-9) torna imprescindível a elaboração e efetivação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) fixado por este regimento (BRASIL, 2017).

Para efetivação de tal programa, consideram-se riscos ambientais:

- a) os agentes físicos:** divergentes aspectos de energia a que os trabalhadores estão expostos, tais como ruídos, umidade e temperaturas extremas;
- b) os agentes químicos:** substâncias, compostos ou produtos capazes de penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, transpassam a via cutânea ou digestiva; e,
- c) os agentes biológicos:** aqueles que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são suficientes para causar malefícios à saúde do trabalhador, por exemplo, microrganismos como bactérias, fungos, parasitas, vírus dentre outros (BRASIL, 2017).

Conforme Lima e Silva (2007), além dos riscos ambientais anteriormente descritos, também constituem grupos de risco: **os riscos de acidentes e riscos ergonômicos**.

Classificados de acordo com sua natureza em cinco grupos, os divergentes riscos existentes, dispostos na Portaria nº 25, de 29 de dezembro de 1994 do MTE (Tabela I - Anexo IV) e aqui abarcados, podem igualmente estar presentes no ambiente laboral dos bibliotecários; sendo, a título de exemplo, os riscos químicos motivados pela utilização de substâncias químicas nos laboratórios de restauração e preservação ou até mesmo ao manusear documentos cheios de poeira e, às vezes, com excrementos de animais; e, os riscos biológicos, manifestos no material do acervo através de microrganismos (SILVA, 2012).

3.2 Medidas de controle

Parte das etapas do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, as medidas de controle deverão ser adotadas sempre que:

- a) identificar-se potencialidade de risco à saúde, e/ou
- b) constatar-se que o risco à saúde é evidente, e/ou
- c) resultarem das avaliações quantitativas da exposição dos trabalhadores valores excedentes aos técnico-legais estabelecidos e/ou quando caracterizado nexos causal entre danos observados na saúde dos trabalhadores e a situação de trabalho a que eles ficam suscetíveis (BRASIL, 2017).

Caracterizadas hierarquicamente como medidas de proteção coletiva, medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho, e, pela utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) devem ser sempre implementadas e acompanhadas de programas que objetivem treinar os trabalhadores quanto aos procedimentos que assegurem sua eficiência ou correta utilização, bem como da disposição de informes acerca das limitações oferecidas pela respectiva medida (BRASIL, 2017).

3.2.1 Medidas de proteção coletiva

Entendida como todo “[...] dispositivo, sistema, ou meio, fixo ou móvel de abrangência coletiva, destinado a preservar a integridade física e a saúde dos trabalhadores, usuários e terceiros” (BRASIL, 2016, p. 12), às medidas de proteção coletiva ou aos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), pode ser dada a aceção sumária de: equipamentos/procedimentos passíveis de salvaguardar vários indivíduos simultaneamente.

Quando no estudo, desenvolvimento e implantação destas, devera-se considerar prioritariamente a possibilidade de adoção de medidas que eliminam ou minimizam a utilização ou a formação de agentes prejudiciais à saúde que impeçam a liberação ou disseminação e que reduzam os níveis ou a concentração desses agentes no ambiente laboral (BRASIL, 2017).

No mais, ainda conforme a NR-9 - Brasil (2017), as demais medidas só serão empregadas quando atestado pelo empregador ou instituição a inviabilidade técnica da adoção de medidas que visam à proteção coletiva, ou quando estas forem insuficientes ou encontrar-se em fase de estudo, planejamento ou inserção, ou ainda em caráter adicional ou emergencial.

Tratando-se do âmbito laboral dos bibliotecários, de acordo com Lima e Silva (2007), consideram-se exemplos de medidas de proteção coletiva, a capela química – equipamento responsável pela realização da exaustão, expulsão de gases do ambiente, utilizada especificamente em laboratórios de preservação onde há manuseio de substâncias químicas; e, a mesa ou cabine de higienização, ambas instaladas em ambiente contíguo, isolado da área de trabalho. Também integram o rol de EPC os chuveiros e lava-olhos de emergência; recipientes para materiais perfuro-cortantes; equipamentos que auxiliam no combate ao incêndio; sinalização de segurança dentre outros.

3.2.2 Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho

Em contrapartida ao que está disposto na Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9) - quanto à hierarquia no que diz respeito à adoção de medidas de controle:

quando comprovado pelo empregador ou instituição a inviabilidade técnica da adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou ainda em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia:

- a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;
- b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI (BRASIL, 2017, p. 4).

Alguns autores consideram como medidas de proteção administrativa ou de organização do trabalho “[...] as primeiras providências a serem tomadas pelos profissionais da segurança do trabalho como forma de eliminar determinado risco que coloca em perigo a integridade física e psíquica do trabalhador” (BARSANO e BARBOSA, 2014, p. 121).

Exemplificadas por: restrições impostas pelo empregador na entrada e saída de locais de risco, procedimentos, treinamento e competência para a

execução de serviços e, preceitos de segurança e saúde no trabalho; de acordo com Barsano e Barbosa (2014), quando estas se tornam ineficientes, ou parcialmente eficiente, tendo em vista a especificidade da atividade executada, só então se utilizam as medidas de proteção coletiva, e, persistindo o risco, empregam-se as medidas de proteção individual.

3.2.3 Equipamento de Proteção Individual (EPI)

Considerando o estabelecido na NR-9, quando esgotadas as medidas antecedentes, ou melhor, quando estas forem incapazes de propiciar a eliminação, mitigação e controle dos riscos e estes persistirem, recorrer-se-á aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), cujo fornecimento gratuito - em perfeito estado de conservação e funcionamento - é de obrigatoriedade da organização contratante, devendo o dispositivo ser adequado ao risco iminente.

Mencionado como última medida na hierarquia de controle de riscos, o uso dos EPIs no Brasil é regulamentado pela Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), da Portaria nº 3.214 de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego; essa, “estabelece e define os tipos de EPI a que as empresas estão obrigadas a fornecer a seus empregados sempre que as condições de trabalho o exigirem, a fim de resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores” (HOEPPNER, 2012, p. 10).

Definidos como “[...] todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” (BRASIL, 2018, p. 1); compreendidos no Anexo I da NR-6, os diferentes tipos de equipamentos de proteção individual e suas ramificações estão agrupadas de acordo com a proteção que é passível de fornecer, sendo: EPI para proteção da cabeça, dos olhos e face, para proteção auditiva, respiratória, para proteção do tronco, dos membros superiores, dos membros inferiores, do corpo inteiro e para proteção contra quedas com diferença de nível.

Segundo Lima e Silva (2007) e Silva (2012), no âmbito biblioteconômico e em virtude das atividades nesse desempenhadas torna-se indispensável aos profissionais bibliotecários o uso de EPI para:

- a) a **proteção do tronco** - como jalecos, quando na manipulação do acervo, medida capaz de proteger simultaneamente o trabalhador e o material manipulado;
- b) a **proteção respiratória** - como máscaras e respiradores, passíveis de resguardar o profissional contra aerossóis que podem conter microrganismos, gases irritantes e corrosivos, além de fumaças, névoas e poeiras;
- c) a **proteção dos olhos e face** - como óculos e protetor facial, contra impactos de partículas volantes, borrifos, respingos e radiação infravermelha;
- d) a **proteção dos membros superiores** - como luvas, quando na manipulação de agentes químicos, materiais resistentes e do acervo em geral - cujo tipo adotado decorrerá do material trabalhado, sendo esse equipamento eficaz também quando na proteção contra microrganismos ou outros agentes biológicos.

Em algumas situações, Lima e Silva (2007) e Silva (2012) ainda recomendam o uso de toucas ou gorros (descartáveis ou reutilizáveis) a fim de extinguir a passividade de acidentes, contaminações por microrganismos, poeiras e ectoparasitos em suspensão.

Salienta-se que são caracterizados como EPI apenas os equipamentos, de fabricação nacional ou importado, que possuam a indicação do Certificado de Aprovação (CA), expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2018), para que - em caso de falha ou defeito - se possa responsabilizar legalmente o fabricante do EPI; assim, segundo Dias; Cervantes; Schweitzer; Ranieri; Gaetti-jardim; Okamoto (2012), o jaleco pode ser caracterizado como vestimenta ou uniforme, não como EPI, visto que não tem CA, tão pouco propriedades impermeabilizantes.

3.3 Doenças que comumente afetam a saúde dos profissionais que atuam em unidades de informação

A adoção de divergentes medidas de controle - anteriormente mencionadas, são suficientes para prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos oriundos de condições desfavoráveis de trabalho.

Segundo Rojas (2015), além de fatores correlatos a idade, gênero ou grupo social, a saúde do trabalhador pode sofrer danos em virtude de exposição aos riscos existentes em sua atividade laboral. No que concerne à classificação estabelecida pelo Ministério da Saúde do Brasil quanto às doenças ocupacionais mais comuns que podem afetar a saúde dos profissionais de informação, temos:

- **Doenças ocupacionais do sistema respiratório** - decorrentes da inalação de agentes agressores presentes no ambiente de trabalho;
- **Lesão por esforço repetitivo (LER)** - fruto de esforços físicos, adoção de má postura ou uma postura incorreta durante o trabalho, a LER é composta por um conjunto de síndromes (quadros clínicos, patologias, doenças) que atacam os nervos, músculos e tendões;
- **Distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT)** - consequência do uso repetido dos músculos ou de postura inadequada durante a execução das atividades profissionais; trata-se de um conjunto de distúrbios musculares, de tendões e ligamentos que atingem os membros superiores em torno do ombro e região cervical. Assim como a LER, ocasiona: tendinites, tenossinovites, bursites, síndromes compressivas de nervos periféricos dentre outros sintomas.
- **Dermatoses ocupacionais** - adquiridas por via cutânea (ou dérmica), são doenças provocadas por agentes biológicos, físicos e mecânicos em virtude do contato estabelecido com esses;
- **Doenças relacionadas ao estresse** - caracterizada por diversos distúrbios psíquicos, como irritabilidade, fadiga, sonolência, ansiedade, depressão, tensão, distúrbios do sono; o estresse decorre em virtude de pressão exercida no trabalhador pelo alcance de metas, cumprimento de prazos, além de outros motivos passíveis de gerar demanda mental.

A não exposição aos riscos laborais ou o não estabelecimento de contato com eles, podem impedir que moléstias como essas produzam uma série de danos à saúde dos trabalhadores, por isso, se faz necessário o uso dos Equipamentos de Proteção Individual. Vale salientar ainda, que existe uma série de ações as quais os bibliotecários podem desenvolver para minimizar os riscos de contrair algumas doenças, contudo, essas práticas precisam ser trabalhadas em capacitações a partir de demonstrações.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Destinado à apresentação dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, este capítulo encontra-se segmentado em cinco subtópicos a fim de melhor caracterizar a pesquisa, apresentar o tipo de abordagem utilizada, a população e amostra escolhida, como se deu a coleta de dados e os procedimentos empregados para análise dos mesmos.

4.1 Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, visto que se realizou previamente um levantamento bibliográfico em livros, artigos, anais eletrônicos dentre outros materiais a fim de fundamentá-la; e, descritiva, porquanto traça o perfil sociodemográfico e afere o conhecimento de Bibliotecários (as) que atuam em bibliotecas do Campus I da UFPB.

4.2 Tipo de abordagem

No que concerne à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como de abordagem quanti-qualitativa, pois buscou traduzir em números informações acerca do perfil sociodemográfico do universo e aferir o conhecimento desta população em relação ao conteúdo de interesse.

Visto que, na pesquisa quantitativa considera-se “[...] que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20). Essa abordagem permite o apontamento de tendências encontradas através de análises estatísticas e de generalizações; conforme destaca Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 162), a pesquisa com viés quantitativo “[...] se destina a descrever as características de determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas a respeito de um problema de pesquisa”.

Já na abordagem qualitativa, “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa” (SILVA e

MENEZES, 2005, p. 20). Essa “[...] tem como preocupação central descrições, compreensões e interpretações dos fatos ao invés de medições” (MARTINS e THEÓPHILO, 2016, p. 140) não se fazendo necessário a adoção de métodos e procedimentos estatísticos; assim sendo, o elemento humano é de fundamental importância quando nessa abordagem.

4.3 População e amostra

Adotaram-se como universo da pesquisa os (as) bibliotecários (as) que atuam nas bibliotecas do Campus I da UFPB, integrantes do Sistema de Bibliotecas da Universidade (SISTEMOTECA).

Os profissionais constituintes dessa população estão lotados em uma das bibliotecas das seguintes unidades: Biblioteca Central, Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - CCHLA, Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, Centro de Ciências Médicas - CCM, Centro de Ciências da Saúde - CCS, Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Educação - CE, Centro de Informática - CI, Centro de Tecnologia - CT, Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR, Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional - NDIHR, Hospital Universitário - HU e Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH.

Do total de 66² bibliotecários em exercício, quando na realização da pesquisa, têm-se como amostra, “[...] parcela convenientemente selecionada do universo (população); [...] subconjunto do universo” (MARCONI e LAKATOS, 2017, p. 178), o quantitativo de 30 bibliotecários.

4.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de observação direta extensiva através de um questionário composto por perguntas diretas fechadas

² Informação obtida via e-mail através de contato estabelecido por meio da ferramenta fale com o bibliotecário disponível na aba de acesso rápido no *website* da Biblioteca Central da UFPB disposto no endereço: <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca>.

(dicotômicas, de alternativas fixas) e de múltipla escolha (com mostruário, de estimação e questões de múltipla escolha com respostas abertas).

O mesmo foi aplicado em rede, ou seja, de forma virtual, em que o envio do questionário elaborado no *Google Forms* deu-se por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas a um mediador, e esse o encaminhou a um grupo - existente na mesma ferramenta - composto por um quantitativo significativo de bibliotecários (as) lotados no Campus I da UFPB. O período em que o questionário esteve aberto à coleta de respostas transcorreu do dia 19 de setembro de 2019 às 18h do dia 22 de setembro do mesmo ano.

Optou-se pela aplicação dessa técnica de coleta de dados por apreender-se que este instrumento supre as necessidades desta pesquisa. Pois, conforme explícito por Marconi e Lakatos (2017), a adoção do mesmo possibilitou a economia de tempo, viagens, bem como a obtenção rápida e precisa de um grande número de dados, visto que atingiu simultaneamente um número maior de pessoas.

Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2017), a utilização desse instrumento tem por vantagens: maior liberdade no que concerne às respostas, dado o anonimato do respondente; mais segurança, visto que as respostas não são identificadas; minimização do risco de distorção, pela não influência do pesquisador; e, cooperação para maior uniformização na avaliação, devido à impessoalidade da ferramenta.

4.5 Procedimentos de análise dos dados

Realizada a coleta de dados, seguiu-se a análise desses, por se tratar de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa utilizaram-se recursos estatísticos básicos do raciocínio percentual representado por meio de tabelas “[...] representação visual que requer números (absolutos e/ou em percentagens)[...]” (MARCONI e LAKATOS, 2017, p. 186) do tipo univariadas e bivariadas; e, gráficos, figuras passíveis de representar os dados visto que, segundo Marconi e Lakatos (2017), podem evidenciar aspectos visuais destes de maneira simples e de fácil compreensão; e, interpretou-se os fenômenos e atribuiu-se significados mediante análise de conteúdo.

A composição do perfil sociodemográfico dos (as) bibliotecários (as) deu-se através das seguintes categorias de análise: sexo, faixa etária, grau de instrução e tempo de atuação no âmbito Biblioteconômico. Para a análise do conhecimento dos (as) Bibliotecários (as) quanto às temáticas abordadas, definiram-se como categorias: a biossegurança, os riscos laborais, as medidas de controle de riscos e o nível de importância atribuído pelos profissionais a algumas dessas proposições.

5 RISCOS A QUE OS BIBLIOTECÁRIOS ESTÃO SUSCETÍVEIS

O presente capítulo destina-se a apresentação dos resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos bibliotecários (as) lotados no Campus I da UFPB; do total de 66 profissionais em exercício na instituição, 45% da população participou da pesquisa.

5.1 Perfil sociodemográfico dos bibliotecários (as)

A fim de melhor apreender acerca da população estudada traçou-se por meio das categorias: sexo, faixa etária, grau de instrução e tempo de atuação no âmbito biblioteconômico o perfil sociodemográfico da população.

Quanto ao sexo dos (as) bibliotecários (as) pesquisados, os resultados obtidos estão dispostos na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Distribuição do quantitativo de bibliotecários (as) de acordo com o sexo

SEXO	NÚMERO	%
FEMININO	20	66,7
MASCULINO	10	33,3
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Assim, depreendeu-se que a maioria dos respondentes são do sexo feminino (66,7%), o que ratifica uma tendência antiga da associação da profissão a mulheres.

No que diz respeito à faixa etária, os resultados são demonstrados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Distribuição do quantitativo de bibliotecários (as) conforme a faixa etária

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO	%
18 a 25	0	0
26 a 33	3	10,0
34 a 41	17	56,7
42 a 49	4	13,3
50 ou mais	6	20,0
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Distribuída com intervalo de 8 anos a contar dos 18 anos, tendo em vista a amostra estuda e que tratando-se de servidores públicos, é parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público a idade mínima de dezoito anos conforme disposto no art. 5º, inciso V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; mais da metade dos bibliotecários possuem entre 34 e 41 anos 56,7%, 20% possuem 50 anos ou mais, 13,3% ficaram na faixa etária de 42 a 49 anos e 10% entre 26 e 33 anos. Pode-se inferir que a maioria dos bibliotecários está na meia idade, faixa etária crucial para a construção da saúde na velhice. As doenças adquiridas nesta faixa etária em que a pessoa está mais produtiva podem causar futuros afastamentos laborais.

Quanto ao grau de instrução, além do Bacharelado em Biblioteconomia – requisito mínimo de ensino para o exercício da profissão, 63,3% do total de respondentes possui mestrado em algum âmbito - o que demonstra que estes profissionais têm buscado educação continuada; desses, 40% são do sexo feminino, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição do quantitativo de bibliotecários (as) conforme o grau de instrução

GRAU DE INSTRUÇÃO SEXO	SUPERIOR COMPLETO		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FEMININO	1	3,3	7	23,3	12	40,0
MASCULINO	1	3,3	2	6,7	7	23,3
TOTAL	2	6,6%	9	30%	19	63,3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Não buscou-se especificar a área em que os respondentes possuíam mestrado embora este informe fosse passível de influenciar mesmo que sutilmente o objeto de estudo.

No tocante ao tempo em que atuam como bibliotecários, tornou-se perceptível que 36,7% da população estudada possuem entre 9 e 12 anos de atuação profissional; 33,3% - outro quantitativo significativo, entre 5 e 8 anos; 16,7% atuam como bibliotecários há 17 anos ou mais e 13,3% entre 13 e 16 anos, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição dos bibliotecários (as) conforme tempo de exercício da profissão

TEMPO DE ATUAÇÃO	NÚMERO	%
5 a 8 anos	10	33,3
9 a 12 anos	11	36,7
13 a 16 anos	4	13,3
17 anos ou mais	5	16,7
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

O número de profissionais que possuem entre 5 e 12 anos de atuação como bibliotecários equivale a 70% (21) do total da população partícipe da pesquisa (30); sendo que 76,19% destes - o equivalente a 16 pessoas, integram a faixa etária crucial para a construção da saúde na velhice (34 a 41 anos). Intervalo etático este que representa mais da metade dos bibliotecários respondentes (56,7% - 17 profissionais), conforme disposto na tabela 2.

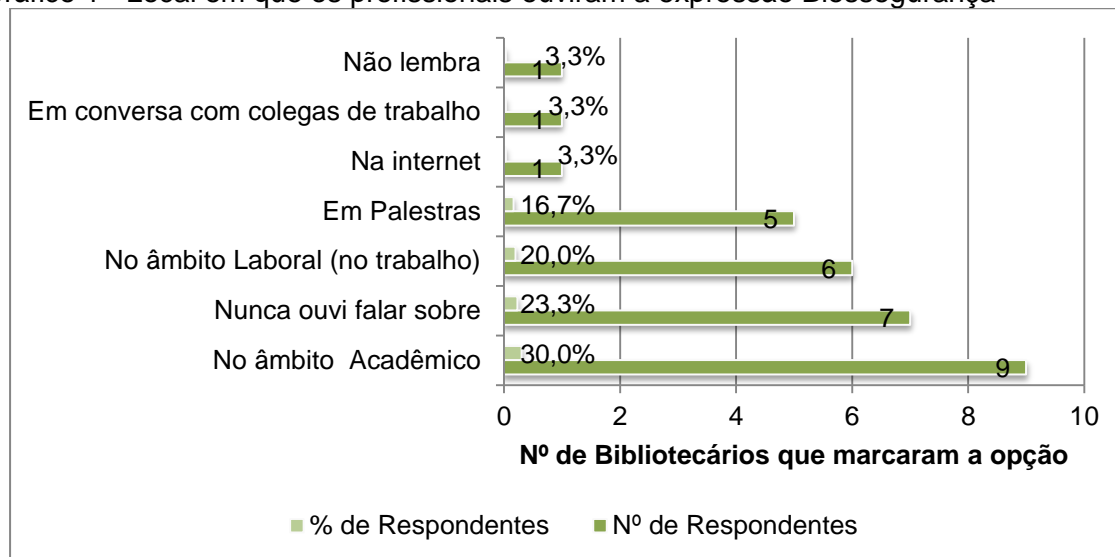
5.2 Conhecimento dos bibliotecários (as) quanto à temática biossegurança

A segunda seção do questionário teve por fim trazer informes que possibilitassem a análise do conhecimento dos bibliotecários (as) no que diz respeito à temática biossegurança.

Quanto ao conhecimento da expressão biossegurança, 76,7% dos profissionais disseram já ter ouvido; sendo que destes, 50%, afirmaram ter ouvido sobre o assunto em âmbito acadêmico (9) ou laboral (6); 16,7% (5) tomaram conhecimento do tema por meio de palestras e outros 10% (3) através de

diferentes meios. 23,3% (7) dos profissionais revelaram desconhecer o termo, porcentagem pequena quando equiparada a dos que afirmaram ter conhecimento da expressão, no entanto preocupante; os dados encontram-se melhor dispostos no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Local em que os profissionais ouviram a expressão Biossegurança



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Quando questionados acerca do recebimento de capacitação ou treinamento no tocante a proteção, ações capazes de salvaguardá-los dos riscos presentes em seu ambiente laboral, 93,3% (28 profissionais) afirmaram nunca terem recebido nenhuma espécie de qualificação com este intento. Isso demonstra a necessidade, ou ainda, a urgência em abordar a temática cada vez mais no âmbito acadêmico, visto que desse originar-se-á os futuros profissionais; e, no âmbito laboral, a fim de reforçar o aprendizado antecedente, bem como uma espécie de reciclagem do assunto.

5.3 Conhecimento dos bibliotecários (as) quanto aos riscos laborais

A terceira seção objetivou coletar informes que possibilitassem a verificação do conhecimento da população quanto aos riscos laborais.

Do total de profissionais respondentes, 96,7% disseram saber quais os riscos passíveis de existir nesse ambiente e apenas 3,3% afirmaram não ter ciência. A fim de ratificar a informação fornecida, na questão subsequente propôs-se que eles assinalassem uma ou mais alternativas que pressuporiam conter os

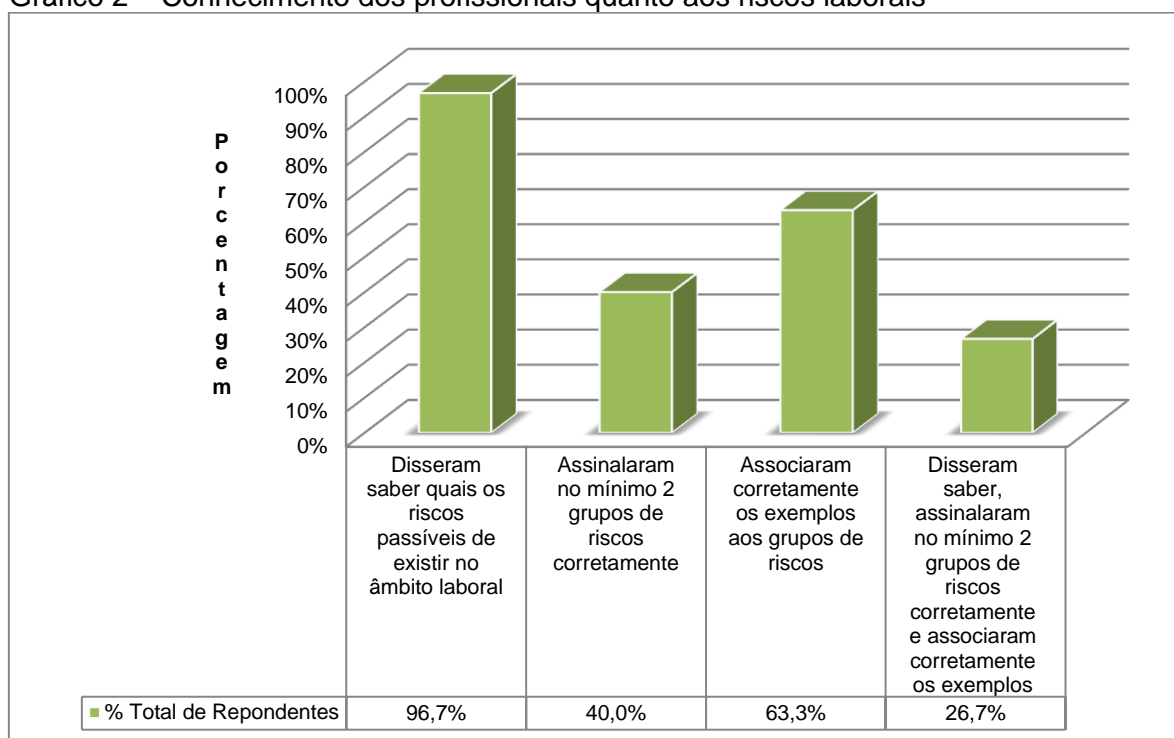
riscos a que os bibliotecários (as) estão suscetíveis; dos que afirmaram saber, apenas 1, 3,3% da população, assinalou corretamente os cinco grupos de riscos; 11, 36,7%, assinalaram as opções que continham entre 2 e 4 grupos de riscos corretos; e, 60%, o equivalente a 18 profissionais, assinalaram ao menos uma das opções incorretas. Ou seja, apenas 40% souberam ou conseguiram assinalar corretamente no mínimo dois grupos de riscos.

Na terceira questão - parte da terceira seção, ainda como forma de ratificar e filtrar os informes fornecidos pelos pesquisados, buscou-se saber a que grupos de riscos eles associavam a poeira, o fungo e a umidade, respectivamente; 19 indivíduos (63,3%) dos 29 que haviam afirmado ter ciência dos riscos existentes no âmbito laboral associaram corretamente os exemplos aos grupos de riscos; os outros 10 realizaram a associação de forma incorreta.

Em suma - considerando as três questões correlatas a essa seção, apenas 26,7% dos bibliotecários que afirmaram saber quais os riscos capazes de existir no ambiente de trabalho, assinalaram no mínimo 2 grupos de riscos corretamente e associaram perfeitamente os exemplos. O que mais uma vez comprova a carência de versar-se sobre o tema desde a formação profissional.

O indivíduo que havia dito não saber quais os riscos laborais, de fato assinalou as alternativas das questões posteriores de forma incorreta; ver resumo da terceira seção no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Conhecimento dos profissionais quanto aos riscos laborais



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

5.4 Conhecimento dos bibliotecários (as) quanto as medidas de controle de riscos

Na quarta seção, questionou-se acerca das medidas de controle de riscos. A princípio, por meio de escala de mensuração do tipo Likert, buscou-se analisar o grau de conformidade dos entrevistados no que diz respeito à realização de palestras, treinamentos bem como outras ações voltadas a prevenção e controle de riscos em bibliotecas. 29 bibliotecários, 96,7%, disseram estar totalmente de acordo e, 1, 3,3%, concordou com a proposição; ou seja, é o unanime o reconhecimento dos profissionais quanto a necessidade da realização dessas ações .

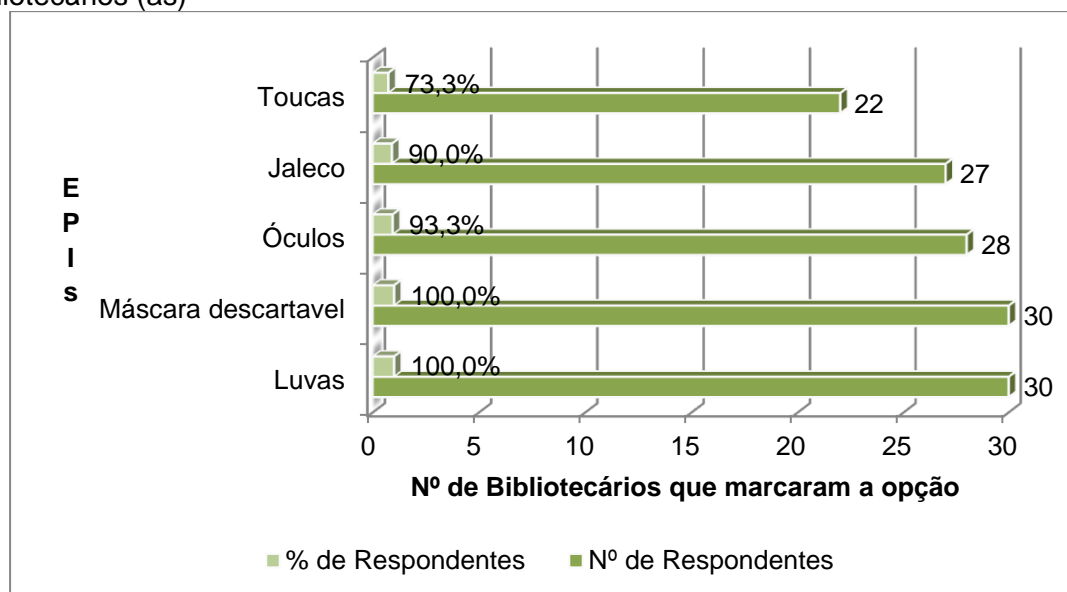
Quando questionados sobre as medidas de proteção que eles acreditam que poderiam ser adotadas a fim de salvaguardá-los dos riscos a que estão suscetíveis quando no exercício da profissão, 46,7% assinalaram as medidas de proteção coletiva, individual e de caráter administrativo; 20% acreditam que as medidas que podem ser adotadas são as coletivas e individuais; 16,7%, as medidas coletivas e de caráter administrativo; 10%, só as medidas coletivas; e,

1%, as de caráter administrativo ou outros tipos - ressalta-se que poderiam ser assinaladas mais de uma opção nessa questão.

Em caso de outras medidas de proteção, questionou-se acerca de quais seriam essas possíveis medidas, um dos respondentes mencionou a educação como tal; no entanto, pode-se afirmar que a medida sugerida é parte das medidas de caráter administrativo, pois através de treinamentos, capacitação, instrui-se, ensina-se ao indivíduo.

No gráfico 3 estão dispostas as porcentagens referentes aos equipamentos de proteção individual que a amostra supõe que deveriam ser utilizados pelos profissionais no âmbito laboral, de acordo com as atividades realizadas - ressalta-se que nessa questão também poderiam ser assinaladas mais de uma opção, bem como sugerir outros dispositivos.

Gráfico 3 – EPIs considerados necessários à execução das atividades laborais dos bibliotecários (as)



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

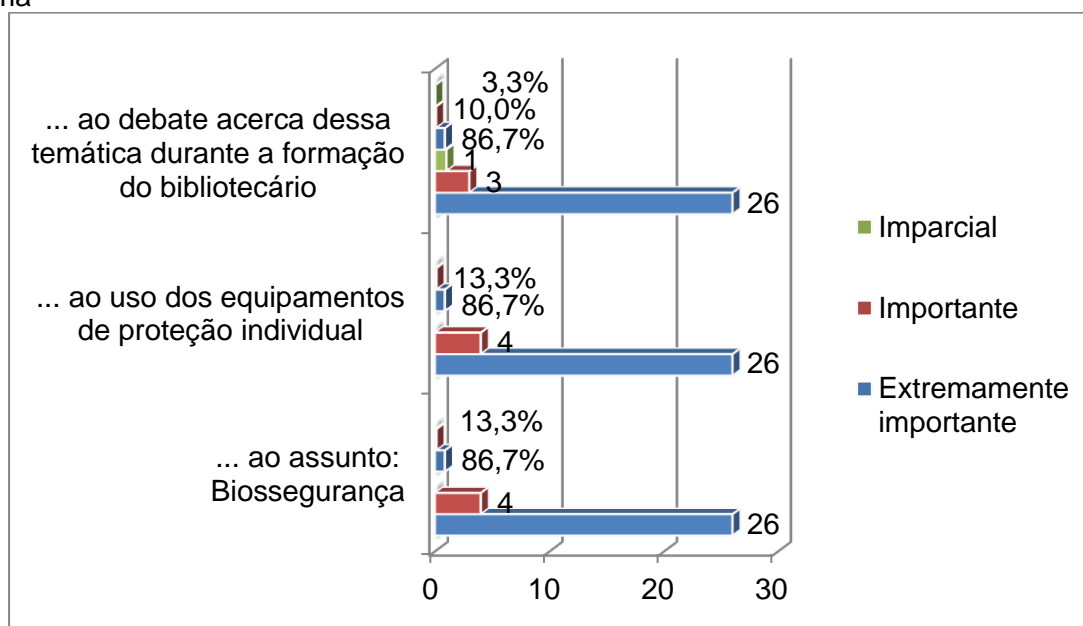
Observa-se que os profissionais limitaram-se as opções fornecidas; todos têm a máscara descartável e as luvas como EPI indispensáveis à execução das atividades laborais; os óculos, jaleco e toucas também foram demarcados significativamente como equipamentos necessários ao exercício da profissão. Vale salientar que quanto ao jaleco, em se tratando dos que não possuem propriedades impermeabilizantes e não possuem o certificado de aprovação expedido pelo MTE, deve ser caracterizado como vestimenta ou uniforme, não como um

equipamento de proteção. Contudo, destaca-se a importância do jaleco como dispositivo capaz de minimizar a incidência de poeiras no corpo do profissional e consequentemente a possibilidade de riscos, ou ainda, de alergias cutâneas.

5.5 Níveis de importância atribuídos a divergentes fatores correlatos a temática

No que diz respeito à seção 5, utilizando mais uma vez a escala de mensuração do tipo Likert, buscou-se verificar os níveis de importância atribuídos pelos (as) Bibliotecários (as) a fatores correlatos ao tema, como: a biossegurança, o uso dos equipamentos de proteção individual e o debate acerca desse assunto durante a formação do bibliotecário; constatou-se que a maioria dos respondentes (86,7%) consideram como extremamente importante a abordagem de dados fatores, conforme melhor exposto em percentual e número no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Níveis de importância atribuídos pelos profissionais a fatores correlatos ao tema



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou-nos evidenciar, mediante levantamento bibliográfico, os riscos presentes no ambiente laboral do Bibliotecário, as doenças que comumente afetam a saúde desse profissional, bem como as medidas passíveis de protegê-lo desses riscos. Para isso versou-se acerca do processo histórico e evolutivo da Biblioteconomia, e sobre a biossegurança como condição de segurança para trabalhadores que atuam em unidades de informação.

O questionário utilizado como instrumento para a coleta de dados viabilizou a obtenção de informes permitindo-nos traçar o perfil sociodemográfico dos Bibliotecários (as) lotados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba - população estudada - e aferir o conhecimento desses em relação aos riscos inerentes à profissão e as medidas de controle passíveis de salvaguardar o profissional.

Após o levantamento bibliográfico e a consolidação e análise dos dados obtidos através do questionário, foi possível responder as questões da pesquisa. Logo, constituem-se como grupos de riscos a que os Bibliotecários estão suscetíveis: os riscos físicos, químicos, biológicos, de acidente e ergonômicos; sendo, as doenças ocupacionais do sistema respiratório, a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), as dermatoses ocupacionais e as doenças relacionadas ao estresse os distúrbios que comumente afetam a saúde desse profissional. Quanto às medidas passíveis de protegê-los, têm-se a adoção de medidas de proteção coletiva, de caráter administrativo ou de organização do trabalho e a utilização de equipamentos de proteção individual.

Depreendeu-se que o universo em estudo caracteriza-se pela predominância de mulheres em exercício e que a maioria dos profissionais possuem idades entre 34 e 41 anos. Quanto ao grau de instrução, os resultados demonstram que os bibliotecários (as) pesquisados têm investindo em educação continuada, pois a maioria possui curso de mestrado em algum âmbito, categoria em que mais uma vez há predominância feminina. A maior parcela dos respondentes possuem entre 9 e 12 anos de exercício profissional.

No que se refere ao conhecimento dos profissionais quanto à expressão Biossegurança, a maioria afirma ter ouvido sobre o termo no âmbito acadêmico ou

laboral e nunca terem recebido nenhuma espécie de capacitação voltada à proteção profissional. No tocante aos riscos laborais, conclui-se que um quantitativo significativo é capaz de associar os riscos a seus respectivos grupos, no entanto é perceptível a carência de maior abordagem do assunto na área, visto que pouco mais de um quarto do percentual de respondentes de fato parecem estar inteirados do tema.

Acerca das medidas de controle de riscos, há consenso por parte dos pesquisados quanto à necessidade de realizarem-se palestras, treinamentos bem como outras ações voltadas a prevenção e controle de riscos em bibliotecas. A maioria dos profissionais acredita que medidas de proteção coletiva, individual e de caráter administrativo podem ser adotadas a fim de salvaguardá-los (as) dos riscos a que estão suscetíveis quando no exercício da profissão, o que coincide com os materiais bibliográficos disponíveis que abrangem o assunto.

A população tem a máscara descartável e as luvas como EPI indispensáveis à execução das atividades laborais; e, equipamentos como óculos, jaleco e toucas também são considerados como significativos quando no exercício profissional. No que diz respeito à designação do jaleco como EPI, em se tratando dos que não possuem propriedades impermeabilizantes e Certificado de Aprovação expedido pelo MTE, destaca-se a importância deste como ferramenta contribuinte para diminuição da incidência de poeira no corpo do profissional minimizando o estabelecimento de contato com os riscos e a possibilidade de originarem-se alergias cutâneas.

Por fim, a biossegurança, o uso dos equipamentos de proteção individual e o debate acerca dessas temáticas ao longo da formação do bibliotecário são fatores considerados pelos bibliotecários (as) como de extrema importância.

A Biossegurança, bem como a segurança dos acervos, são itens fundamentais que devem liderar o rol de prioridades dos gestores das bibliotecas. Sendo assim, torna-se indispensável mencionar a relevância da exploração de tal assunto tanto no âmbito acadêmico através de maior abordagem desses pelas disciplinas integrantes da grade curricular, como no âmbito profissional por meio de palestras, debates, treinamentos, cursos, oficinas dentre outros mecanismos.

Explanar sobre tal temática faz-se necessário a fim de promovê-lo, tornar conhecido aos profissionais os possíveis riscos existentes em seu ambiente laboral e alertá-los de que se esses são passíveis de existir, também são capazes

de fomentar divergentes distúrbios, daí a importância da adoção de medidas de controle por parte deles.

Por fim, um avanço que pode ser mencionado sobre o tema foi a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados do adicional de insalubridade para os bibliotecários, assumindo assim, os riscos a que esses profissionais estão sujeitos. No entanto, esse é apenas um passo para esse reconhecimento, é fundamental ampliar essas discussões e lutar para que esse Projeto de Lei seja aprovado em todas as instâncias, pois é preciso cuidar da saúde desses profissionais que tanto contribuem para a disseminação da informação e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 3450 – 3462. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>. Acesso em: 24 jul. 2019.

AS/NZS – Standards Australia/Standards New Zealand. AS/NZS 4360:2004. **Risk Management**. Sydney: AS, 2004.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Segurança do Trabalho**: guia Prático e Didático. São Paulo: Érica, 2014. *E-book* (353 p.).

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; GONÇALVES, Emanoela; SOARES; Suerlane Pereira da Silva. **Biossegurança**: ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo: Érica, 2014. *E-book* (121 p.). (Série Eixos).

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 8679, 14 de julho de 1911. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 20.673, de 17 de novembro de 1931. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 18475, 20 nov. 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20673-17-novembro-1931-517368-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº. 23.508, de 28 de Novembro de 1933. Modifica a seriação do Curso de Biblioteconomia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 22668, 02 dez. 1933. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23508-28-novembro-1933-515791-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº. 56.725, de 16 de Agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8366, 19 ago. de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56725-16-agosto-1965-397075-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944. Dá nova organização ao Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 7769, 02 de maio de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6440-27-abril-1944-452655-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.084/1962, de 30 de Junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 jul. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº. 9.674, de 25 de Junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 de jun. de 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9674-25-junho-1998-352853-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **Biossegurança em saúde**: prioridades e estratégias de ação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. *E-book* (242 p.). (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/biosseguranca_saude_prioridades_estrategicas_acao.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: códigos, títulos e descrições. 3. ed. Brasília, DF: MTE, 2010. v. 1. *E-book* (826 p.). Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/CLASSIFICAÇÃO-BRASILEIRA-DE-OCUPAÇÕES-MEC.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **NR 06**: Equipamento de Proteção Individual - EPI. Brasília, DF: MTE, 2018. 8 p. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-06.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **NR 09**: Programas de Prevenção de Riscos Ambientais. Brasília, DF: MTE, 2017. 13 p. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-09-atualizada-2019.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **NR 10**: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Brasília, DF: MTE, 2016. 18 p. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-10.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região. **Carreira**. Disponível em: <https://www.crb5.org.br/carreira.php?codigo=2>. Acesso em: 29 jul. 2019.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima B. da. Biossegurança : elo estratégico de SST. **Revista CIPA**, Rio de Janeiro, n. 253, jan. 2002. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biossegurancahospitalar/dados/material10.htm>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos; AMARAL, Sueli Angelica; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual do Estudo de Usuários da Informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p.

DIAS, Nathália; CERVANTES, Lara Cristina Cunha; SCHWEITZER, Christiane Marie; RANIERI, Robson Varlei; GAETTI-JARDIM Jr, Elerson; OKAMOTO, Ana Cláudia. Jaleco não é EPI: a necessidade de acompanhar a legislação. **Archives of health investigation**. Araçatuba, v.1, p. 43, out. 2012. Supl.1. XI Encontro de Estomatologia da Faculdade de Odontologia de Araçatuba - UNESP, 2012, [Araçatuba, SP]. Disponível em: <http://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/issue/viewIssue/3/4>. Acesso em: 11 set. 2019.

DOS ANJOS, Cláudia Regina; SANTOS, Cássia Rosania Nogueira dos; GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião; MELO, Leandro Pacheco de; COSTA, Maria Ione Caser da; CARVALHO, Márcia Saraiva. Revisitando as Origens da Biblioteconomia no Brasil: história, ensino e perfil do profissional da informação. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2-20. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/406-1887.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007. 152 p.

HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge (ed.). **Manual de Biossegurança**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2014. *E-book* (357 p.).

HOEPPNER, Marcos Garcia (org.). **NR: normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho: capítulo V, título II, da CLT: NR-1 a NR-34**. 5.ed. São Paulo: Ícone, 2012. *E-book*.

LEMONS, Antônio Agenor Brinquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 101-119. (Coleção Ciência da Informação, v. 1).

LIMA E SILVA, Francelina Helena Alvarenga. Segurança e Saúde do Profissional em Conservação. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (org.). **Conservação de Acervos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007. p. 163-174. (MAST Colloquia, v. 9). Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_9.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O Ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222>. Acesso em: 28 jul. 2019.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. *E-book* (239 p.).

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória Histórica do Ensino Da Biblioteconomia No Brasil. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3754/3167>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Análise de riscos nos locais de trabalho: conhecer para transformar**. São Paulo: Instituto Nacional de Saúde no Trabalho, 2000. *E-book* (42 p.). (Cadernos de Saúde do Trabalhador). Disponível em: https://normasregulamentadoras.files.wordpress.com/2008/06/riscos_trabalho.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

ROJAS, Pablo Roberto Auricchio. **Técnico em Segurança do Trabalho**. Porto Alegre: Bookman, 2015. *E-book* (185 p.). (Série Tekne).

SAGREDO, Félix Fernández; MORAL, María Victoria Nuño. En los orígenes de la Biblioteconomía y Documentación: Ebla. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, n. 17, p. 123-129, 01 jan. 1994. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN9494110123A/20046>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. *E-book* (139 p.). Disponível em: <http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/Conteudo/Metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de-dissertacao>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, Francelina Helena Alvarenga. Biossegurança e Biosseguridade em Bibliotecas, Arquivos e Museus. *In*: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Segurança de Acervos Culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 143-166. Disponível em: http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/seguranca_de_acervos_culturais.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Biossegurança em bibliotecas: riscos laborais a que os Bibliotecários estão suscetíveis e medidas de salvaguarda

Prezados (as), o presente questionário foi desenvolvido sob a orientação da Prof^a Ma. Danielle Alves de Oliveira para o Trabalho de Conclusão de Curso da discente Ednébia Eloy da Luz Silva, do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A pesquisa tem por objetivo aferir o conhecimento dos (as) Bibliotecários (as) lotados no Campus I da UFPB no que diz respeito à Biossegurança, aos riscos a que esses profissionais estão suscetíveis e as medidas de controle passíveis de salvaguardá-los.

Salientamos que as informações aqui prestadas serão mantidas em sigilo, sendo utilizadas apenas para fins científicos.

Agradecemos antecipadamente a colaboração.

***Obrigatório**

Perfil Sociodemográfico

1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

☐

Feminino

☐

Masculino

2. Faixa Etária *

Marcar apenas uma oval.

☐

18 a 25 anos

☐

26 a 33 anos

☐

34 a 41 anos

☐

42 a 49 anos

☐

50 anos ou mais

3. Grau de instrução *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Superior Completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-doutorado

4. Tempo em que atua como Bibliotecário *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ até 5 anos
- ☐ 5 a 8 anos
- ☐ 9 a 12 anos
- ☐ 13 a 16 anos
- ☐ 17 anos ou mais

Quanto a Biossegurança...

5. Já ouviu a expressão Biossegurança? Se sim, diga-nos onde. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ No âmbito Laboral (no trabalho)
- ☐ No âmbito Acadêmico
- ☐ Em Palestras
- ☐ Em treinamento
- ☐ Nunca ouvi falar sobre
- ☐ Outro: _____

6. **Você já recebeu capacitação ou treinamento sobre medidas de controle de riscos em ambiente laboral? ***

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Quanto aos riscos laborais...

7. **Você sabe quais riscos podem estar presentes em um ambiente de trabalho? ***

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

8. **A que riscos você pressupõe que os bibliotecários (as) estão suscetíveis?***

Marque todas que se aplicam.

- ☐ De acidente
- ☐ De saúde e de vida
- ☐ Físico
- ☐ Químico
- ☐ Ergonômico
- ☐ Biológico
- ☐ Todos
- ☐ Nenhum
- ☐ Outros

Em caso de outros, quais?

9. **Você considera a poeira, o fungo e a umidade como exemplos de que grupos de riscos? Respectivamente. ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ergonômico, biológico e de saúde
- ☐ Biológico, de saúde e físico
- ☐ Químico, biológico e físico
- ☐ De saúde, de vida e de acidente

Quanto às medidas de controle...

10. **Você considera necessário nas bibliotecas a realização de palestras, treinamentos bem como outras ações voltadas a prevenção e controle de riscos? ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

11. **Que medidas de controle você acredita que poderiam ser adotadas a fim de salvaguardar os (as) bibliotecários (as) dos riscos inerentes à profissão? (podem ser assinaladas uma ou mais opções) ***

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Medidas de Proteção Coletiva
- ☐ Medidas de Proteção Individual
- ☐ Medidas de caráter administrativo
- ☐ Nenhuma
- ☐ Outras

Em caso de outras, quais?

- 12. Quais dos equipamentos de proteção individual listados abaixo você supõe que deveriam ser utilizados pelos (as) bibliotecários (as) no âmbito laboral? (podem ser assinaladas uma ou mais opções) ***

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Touca

☐ Luvas

☐ Jaleco

☐ Óculos

☐ Máscara

☐ Nenhum

☐ Outro:

Nível de importância dado...

- 13. ... ao assunto: Biossegurança ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Sem importância ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Extremamente importante

- 14. ... ao uso dos equipamentos de proteção individual ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Sem importância ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Extremamente importante

15. ... ao debate acerca dessa temática durante a formação do Bibliotecário *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Sem importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante